

## REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOS DOCENTES QUE ATUAM COM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/ RJ

Ana Luiza Barcelos Ribeiro  
Mestranda PGCL/ UENF

[analuzabarcelos32@yahoo.com.br](mailto:analuzabarcelos32@yahoo.com.br)

Bianka Pires André  
Docente PGCL / UENF-  
[biankapires@gmail.com](mailto:biankapires@gmail.com)

Eixo Temático: Formação docente  
Comunicação Oral

**Resumo:** Nas últimas décadas tem havido muitas modificações na legislação nacional e internacional a fim de garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência na rede regular de ensino. Para atender as especificidades destes alunos e promover o sucesso no ensino aprendizagem ocorre o Atendimento Educacional Especializado na sala de recursos por um professor especializado, que domina conteúdos e práticas que facilitam o processo inclusivo. Assim o presente artigo visa identificar a formação dos docentes que atuam no atendimento educacional especializado na rede municipal de ensino de Campos dos Goytacazes/ RJ, verificando a partir do questionário seu tempo de atuação na educação regular e no atendimento educacional, seu gênero e sua formação. O município conta com vinte e uma salas de recursos espalhadas por todo o território, muitas funcionam como escolas polos que atendem aos alunos oriundos das escolas das comunidades vizinhas que necessitam do atendimento educacional especializado. Utilizando-se na revisão bibliográfica e da metodologia de natureza qualitativa, onde os professores responderam o questionário de forma anônima e online através “google forms” obtendo assim onze respostas dos professores. Inicia-se a partir de uma discussão acerca do atendimento educacional especializado, a atuação docente neste contexto e partindo para a formação docente na perspectiva inclusiva. Finalizando com a análise do questionário realizado junto aos professores verificando sua formação inicial e sua formação para a atuação no atendimento educacional especializado, onde observou-se que a maioria deles possui graduação e especialização e que participam das formações fornecidas pelo município a fim de melhorar o atendimento a diversidade educacional.

**Palavras chave:** Inclusão Escolar; Formação docente, Atendimento Educacional Especializado

## **Introdução**

Neste trabalho buscamos compreender melhor a questão da formação dos docentes que atuam no atendimento educacional especializado no município de Campos dos Goytacazes/ RJ. Percebemos que a inclusão tem sido um tema muito propagado nos últimos anos, que tem gerado um aumento gradativo no número de matrículas de alunos com deficiência, necessitando de uma reflexão sobre a formação de professores para atender a essa clientela, pois a inclusão se dá a partir de uma peça fundamental que é o professor e principalmente porque o sucesso deste público depende do atendimento as suas necessidades que são específicas, necessitando assim de um profissional especializado.

A escolha por conhecer tal realidade surgiu a partir das demandas no contexto educacional que têm exigido dos professores um maior engajamento com questões relacionadas à inclusão escolar. Nessa perspectiva, tendo em vista a importância de uma formação que possa contribuir para uma educação que dê acesso e permanência a todos os alunos e que assim possa favorecer o processo inclusivo.

Tendo como objetivo investigar a formação dos professores que atuam com atendimento educacional especializado da rede pública municipal de Campos dos Goytacazes identificando sua formação inicial e continuada.

A fim de alcançar os objetivos propostos partimos do conceito de inclusão escolar definidos por Mantoan (1999) em que a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenha sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Todos sabemos, porém, que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele.

Sendo assim a inclusão é uma mudança que atinge a todas as pessoas positivamente, o sistema educacional preocupa-se com o acesso, a

permanência e o sucesso de todos os alunos no processo de ensino aprendizagem.

Assim como Sasaki (1998,p.9) explicita o paradigma da inclusão:

... Esse paradigma é o da inclusão social - as escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc.

A reestruturação do ambiente educacional é para o atendimento a todos os alunos, independentemente de suas características, a fim de atender as suas necessidades.

### **O professor do Atendimento Educacional Especializado**

A inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino foi regulamentada a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) que no artigo 58 nos diz que a educação especial deve ser “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais” e no artigo 59, que os sistemas de ensino assegurarão a tais “educandos” “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades”, esse suporte pedagógico para a permanência e atendimento ao aluno com deficiência acontece na sala de recursos que é o local propício para o atendimento educacional especializado, assim como foi corroborado na Política Nacional de Educação Especial (2007):

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com

vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.  
(BRASIL, 2007, p. 10)

Quanto aos profissionais que atuam no atendimento educacional especializado, são considerados professores especialistas onde as leituras dos aspectos legais que regem este tipo de serviço nos permitem compreender sua atuação como um direito assegurado pela LDB N° 9394/96 regulamentada e sistematizada pela Resolução do Conselho Nacional e da Câmara de Educação Básica nos dizeres do Art. 18 que diz:

§ 3º Os professores especializados em educação especial deverão comprovar:

I formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado a licenciatura para a educação infantil ou para anos iniciais do ensino fundamental.

II complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior a licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio;

§4º Aos professores que já estão em exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, do Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL 2001)

Os professores que atuam diretamente com o atendimento educacional especializado precisa ser um conhecimento voltado para este público, com cursos de formação continuada para atender as modificações constantes das pesquisas, das formas de atuação e também a diversidade, visto que cada aluno possui suas especificidades, que demanda estudo e comprometimento.

O atendimento especializado deve acontecer no horário contrário ao horário da aula, para que não atrapalhe a inclusão destes alunos, o convívio e a aprendizagem junto aos colegas de classe.

Durante o AEE o professor juntamente com o educando identifica suas dificuldades na aprendizagem e no processo inclusivo, identificando suas potencialidades e seus desafios, implementando recursos para promover e ampliar sua participação nas atividades e em todo âmbito educacional.

As salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. (ALVES, 2006, p.13)

O espaço destinado ao AEE é a sala de recursos onde o educando irá experimentar, várias atividades de forma lúdica e criativa, vários equipamentos tecnológicos até encontrar o que melhor se adequa às suas especificidades e demandas. O professor do AEE observará, adequará as atividades e os instrumentos a fim de atender a estes alunos e ao perceber que um recurso se ajusta a sua demanda irá deixá-lo com o aluno ou o disponibilizará também na sala de aula regular.

### **Formação docente e inclusão escolar**

Considerando a necessidade de práticas de ensino que atendam a todas as pessoas em suas especificidades e nesse sentido o professor como aquele que tem contato direto com o aluno, a formação docente se tornou uma grande preocupação social e principalmente a formação docente na perspectiva inclusiva o que “denota um movimento em direção a um sentido de inclusão social, e o sujeito com deficiência passa a dividir a mesma cena com os sujeitos sem deficiência” (ROZEK, 2012, p. 137)

Em consonância com a Declaração de Salamanca foi homologado a PORTARIA N.º 1.793, de dezembro de 1994 onde:

Art.1º. Recomendar a inclusão da disciplina “ASPECTOS ÉTICO-POLITICOEDUCACIONAIS DA NORMALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas.

A Lei de Diretrizes e Bases 9.394 de 1996 trouxe a regulamentação da formação de professores na sua formação inicial em seu artigo 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Ainda no Artigo 62

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

Cabe enfatizar que o inciso III do artigo 59 da LDB refere-se a dois perfis de professores para atuar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais: o professor da classe comum capacitado e o professor especializado em educação especial.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Observando o artigo 59 as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) explicam que são considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos ou disciplinas sobre educação especial e desenvolvidas competências para:

- I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos;
- II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento;
- III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo;
- IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

Sobre a formação dos professores acerca da inclusão utilizaremos as contribuições de Mantoan (2006) que afirma que os currículos dos cursos de

formação precisam sofrer alterações para que os professores aprendam a lidar com a diversidade, “a formação enfatiza a importância de seu papel, tanto na construção do conhecimento como na formação de atitudes e valores do cidadão. Por isso a formação vai além dos aspectos instrumentais de ensino” (Manton, 2006, p.55)

Ao pensar na formação docente que favoreça a inclusão escolar, a Secretaria de Educação Especial, vem publicando diversos livros e textos que servem como base para as escolas e para os professores alcançarem essas mudanças que ainda são necessárias. Para a formação continuada de gestores e professores em 2005 foi publicado pelo Ministério da Educação e Cultura o livro intitulado Educar para a Diversidade, enquanto que em 2006 publicou uma coletânea de artigos nomeados Experiências Educacionais Inclusivas, também foram publicados Saberes e Práticas da Inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem.

Mendes (2002, p.79) coloca que “o professor da classe comum deve assumir a responsabilidade pela educação de todos os seus alunos, tentando todas as estratégias de ensino necessárias e possíveis antes de enviar qualquer aluno para um programa mais segregado do que especial”.

A parceria do professor regular com o professor do Atendimento Educacional Especializado se faz necessário para que ocorra a aprendizagem, visto que o professor do AEE possui o conhecimento técnico sobre aquela deficiência e o professor da classe regular possui a vivência com aquele aluno, sabe suas limitações e potencialidades por isso o trabalho deve ser realizado em conjunto.

O mesmo autor, Mendes (2004) pontua ainda que:

Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática. (MENDES, 2004, p. 227)

Para se obter sucesso na inclusão escolar os professores devem estar capacitados para atender a essa diversidade e que se tenha condições de

trabalho, condições para fazer as adaptações físicas e materiais, assim como a oferta de formação continuada.

Bueno (1999) aponta que a construção efetiva de uma educação inclusiva, envolve, pelo menos dois tipos de formação profissional:

Dos professores do ensino regular com vistas a um mínimo de formação, já que a expectativa é da inclusão dos alunos com “necessidades educativas especiais” e,  
Dos professores especializados nas diferentes “necessidades educativas especiais”, seja para atendimento direto a essa população, seja para apoio ao trabalho realizado por professores de classes regulares que integrem esses alunos.

A formação do professor não deve ser diferenciada para o ensino regular e para a educação inclusiva ou especial, ela deve preparar a todos os professores para trabalhar com a diversidade, um professor reflexivo de sua prática assim como acrescenta Carvalho (2003, p.169):

Pensar na formação de professores não se deve ficar resumida a métodos de ensino, num pragmatismo que desconsidera a teoria e desvaloriza inclusive a construção de teorias, a partir da própria prática. Mas para esta construção, além da bagagem teórica, o professor necessita estimular sua capacidade crítica e reflexiva, para se perceber e agir como pesquisador.

A formação do professor se faz necessária para que ao se deparar com a diversidade esteja preparado para reformular sua prática e consolidar uma prática inclusiva.

## **Metodologia**

Partindo da revisão bibliográfica, conceituando inclusão social e inclusão escolar e fundamentando a formação docente diante do processo inclusivo, utilizaremos a metodologia de natureza qualitativa com a realização de um questionário com a participação de professores que atuam no atendimento educacional especializado, em sala de recursos da rede pública do município de Campos dos Goytacazes/ RJ. Iniciando no primeiro semestre do ano de 2018 e visa verificar qual a formação desse professor para a atuação no Atendimento Educacional e como essa formação possibilita sua atuação diante da diversidade.



O município de Campos dos Goytacazes possui 21 salas de recursos atuando neste ano, distribuídas em todo o território, cada Unidade pode atender a todos os alunos público alvo do AEE de sua unidade e oriundos das escolas próximas. O questionário foi construído de acordo Nogueira (2002), utilizando a ferramenta “Google Forms”, distribuído através do compartilhamento do “link” aos 30 professores que atuam nestas Unidades Escolares que possuem sala de recursos e respondido “online”, de forma anônima por 11 professores da rede municipal de ensino de Campos dos Goytacazes.

## Desenvolvimento

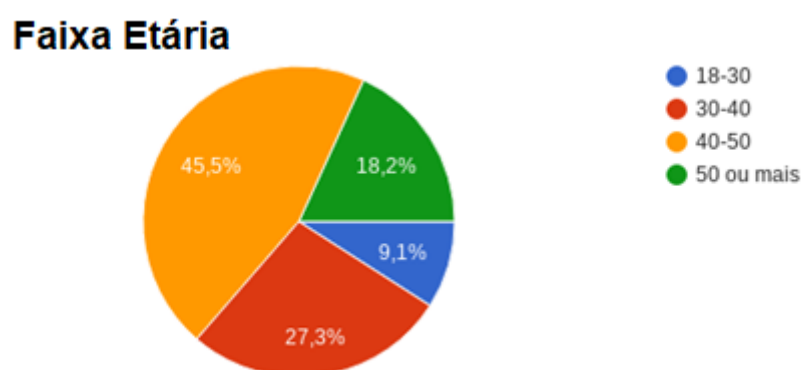


Gráfico 1: Faixa etária dos professores da sala de recurso de Campos dos Goytacazes

De acordo com o gráfico 1, a faixa etária dos professores das Salas de Recursos, que a maioria dos professores situou-se na faixa etária entre 30 e 50 anos. Portanto, os professores não são jovens na carreira acadêmica, como pode ser comprovado no Gráfico 2. São professores experientes, cujo tempo de Magistério situa-se acima de cinco anos.

### Tempo de Atuação na Educação

11 respostas

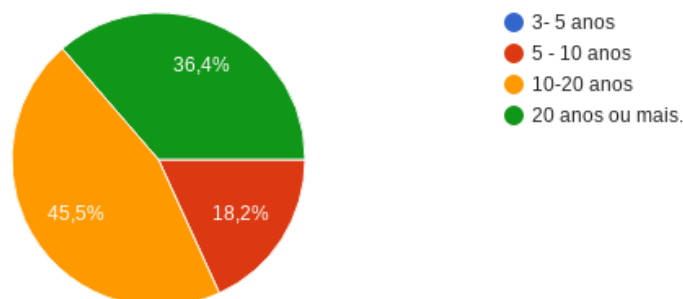


Gráfico 2: Tempo de Atuação na Educação

No que concerne ao tempo de exercício profissional, todos os participantes apresentaram um longo período de experiência, com no mínimo cinco anos de atuação na área. No grupo de professores, a maior parte encontrava-se na faixa entre 10 a 20 anos de trabalho na profissão, e o outro maior percentual acima de 20 anos de atuação no âmbito educacional o que favorece para atuação no Atendimento Educacional Especializado, visto que mesmo na classe regular de ensino há uma diversidade cultural, religioso e também educandos com necessidades especiais de ensino.

### Tempo de atuação no Atendimento Educacional Especializado.

11 respostas

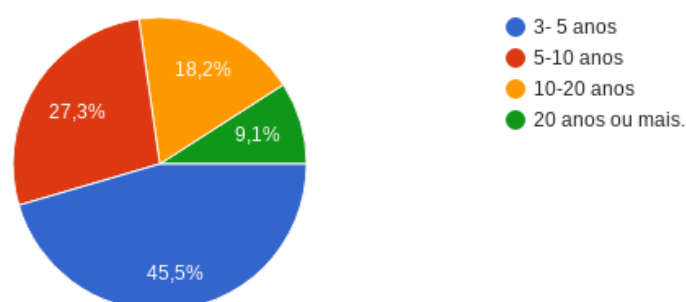


Gráfico 3: Tempo de atuação no Atendimento Educacional Especializado

No que tange a atuação no atendimento educacional especializado uma parte dos professores, 45,5% atuam entre 3 a 5 anos, essa mudança pode ter sido gerada após uma determinação municipal que onde todos os professores que atendem ao AEE devam ser licenciados e que tenham cursos na área da educação inclusiva, restringindo assim a escolha daqueles que atuavam apenas com o nível médio e com o conhecimento oriundo da experiência onde Shiroma (2003) discute, que nesses casos a profissionalização docente significava uma supervalorização do “conhecimento construído ‘na’ e ‘pela’ experiência” ( p. 67). Pode-se verificar ainda que boa parte dos professores atuam com atendimento educacional especializado a mais de 5 anos, demonstrando boa experiência e capacitação, ainda de acordo com Shiroma (2003) eles possuem “um tipo de conhecimento tácito que não pode ser construído de outra forma senão na prática profissional” (p. 67) visto as especificidades de cada educando atendido onde se adequa as estratégias, os recursos, as atividades e os métodos de ensino de acordo com as suas necessidades.

Em relação ao gênero todos os professores que responderam o questionário são do sexo feminino, esse número de expresso no número de mulheres no magistério ocorre em todo o território nacional como demonstra os dados do Censo Escolar 2018, divulgado em janeiro pelo Ministério da Educação, que apontou que cerca de 80% dos 2,2 milhões de docentes da educação básica brasileira são do sexo feminino.

#### Qual a sua formação?

11 respostas

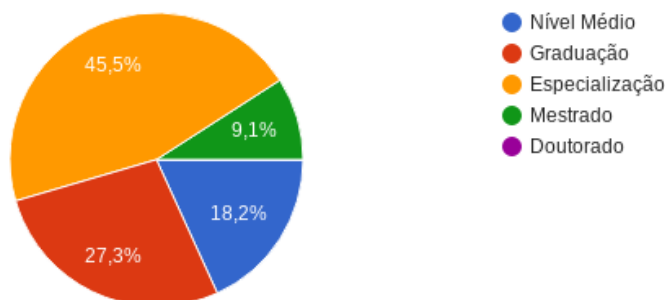


Gráfico 4: Formação docente

Quanto a formação básica dos professores, foi possível verificar que a maior parte deles possui especialização e um deles também possui mestrado, o que demonstra que a busca pela formação e pela atualização do conhecimento é constante neste grupo, onde apenas dois deles possuem o mínimo exigido que é a formação de professores em nível médio.

No que diz respeito a formação direcionada para atuação no Atendimento Educacional Especializado, todos os professores afirmaram terem realizados cursos de formação continuada fornecidos pela rede municipal como LIBRAS, Braille, soroban e autismo. Quatro professores possuem pós-graduação em psicopedagogia clínica e institucional, três deles possui especialização em educação especial ou educação inclusiva, todos apontam para a realização de cursos de extensão online e presencial para o atendimento a diversidade imposta no atendimento educacional especializado.

Para obter sucesso no processo inclusivo a Secretaria de Educação do município de Campos dos Goytacazes /RJ, através do setor multiprofissional e de Atendimento Educacional Especializado, disponibiliza cursos de capacitação em “Sistema Braille”, “Soroban”, “O aluno com surdez e a sala regular”, Música na Inclusão Escolar: uma abordagem musicoterapêutica e psicomotora” para todos os professores oriundos da rede municipal de ensino.

## **Conclusão**

Os resultados apresentados sobre a pesquisa envolvendo os onze professores que atuam com atendimento educacional especializado da rede pública municipal de ensino de Campos dos Goytacazes/ RJ revelaram que a maior parte dos envolvidos possui graduação e especialização e que possuem uma boa experiência tanto na atuação no ensino regular, quanto na atuação com o atendimento educacional especializado, que a maior deles é do gênero feminino, sendo apenas um homem, atuando neste contexto.

O município oferece formação continuada e todos os professores da nossa pesquisa participam de pelo menos um dos cursos oferecidos, além dos cursos de extensão procuradas por iniciativa própria para o melhor rendimento do seu trabalho.

Fica evidenciado a importância da formação docente para o atendimento aos alunos com deficiência diante das suas necessidades específicas e que para que a inclusão escolar seja efetiva todos os envolvidos precisam estar preparados principalmente os que são considerados especialistas, com formação adequada para esse atendimento.

## **Referências**

ALVES, D.O. **Sala de Recursos Multifuncionais. Espaço para o atendimento educacional especializado**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília/DF. 2001.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2016**. Notas Estatísticas. Brasília, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. Brasília, DF: Senado, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Portaria 948. MEC/ SEESP. Brasília, 2007.

BRASIL. **PORTARIA N.º 1.793**, de dezembro de 1994.

BUENO, J. G. da S. **Crianças com necessidades educativas especiais, políticas públicas e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Revista Brasileira de Educação Especial. Piracicaba: UNIMEP, v.3, nº.5 ,1999.

CARVALHO, R. E. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem**. 3ª edição. Porto Alegre: Mediação, 2003.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2ª ed. São Paulo. Moderna. 2006

MANTOAN, M.T.E. **‘Teachers’ education for inclusive teaching: refinement of institutional actions**. In: Revue francophone de la déficience intellectuelle. Montréal/Québec. nu spéciale, p. 52-54. Colloque Recherche Défi 1999.

MENDES, E. G. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil**. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. (Org.). *Escola Inclusiva*. São Carlos: EDUFSCAR, 2002. p.61-86.

MENDES, E. G. **Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar**. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. *Temas em educação especial: avanços recentes*. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.

NOGUEIRA, R. **Elaboração e Análise de Questionário: Uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real**. Rio de Janeiro. UFRJ/ COPPEAD. 2002.

ROZEK, M. **As contribuições da hermenêutica de Gadamer para a formação de professores**. *Educação*, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 115-120, jan./abr. 2013.

SASSAKI, R. Entrevista especial à Revista Integração. **Revista Integração**. MEC: Brasília, v.8, n. 20, p.09-17, 1998.

Shiroma, E. O. **Política de profissionalização: aprimoramento ou desintelectualização do professor?** *Intermeio*, Campo Grande, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, v. 9, n. 17, p. 64-83, jan./jul. 2003.